

Apresentação

Dossiê Gênero, reprodução, sexualidade, raça e direitos sexuais e reprodutivos

*Camila Fernandes*¹

*Marianna Holanda*²

*Cíntia Marques*³

É com entusiasmo que apresentamos o dossiê: Gênero, reprodução, sexualidade, raça e direitos sexuais e reprodutivos publicado pela Revista Teoria e Cultura (PPGCSO/UFJF). A publicação agrega trabalhos que investigam as articulações entre colonialidade, biopolítica, necropolítica com a sexualidade e a reprodução humana em interface com os estudos de gênero, raça, classe, saúde, políticas públicas e técnicas de governo. Ao longo da leitura, percorremos trabalhos de cunho etnográfico, sociológico e político que perpassam por temas como controle populacional, aborto, contracepção, gravidez, parto, circulação de crianças e trabalho sexual, por horizontes de modelação das políticas de reprodução e do cuidado – de corpos femininos, masculinos e com deficiência, além de artigos sobre ética da liberdade, sobre a morte, o morrer e a suicidologia⁴.

As pesquisas aqui reunidas partem de contextos regionais e sociopolíticos diversos cuja estrutura comum são escrituras (EVARISTO, 2003, 2016) desde perspectivas interseccionais que articulam diferentes marcadores sociais da diferença, decolonialidade e pluralismo epistêmico. Em breves linhas, a interseccionalidade é uma perspectiva teórica e metodológica que possui inspiração feminista, pós-colonial e articula teoria e ativismos políticos a partir de contextos culturais, econômicos e sociais diversos. Trata-se de uma teoria ancorada na experiência real dos sujeitos sociais que emerge de uma base materialista do cotidiano, inspirada em demandas profundamente vinculadas com as experiências de vida.

Tal perspectiva procura problematizar noções essencialistas de categorias identitárias no campo dos estudos de gênero, a exemplo de categorias universalizantes, tais como: “nós, mulheres!” (Butler, 2003). Seja nos diferentes ativismos e movimentos sociais, a categoria “nós” serve de conector comum na reivindicação de batalhas políticas e direitos sociais, ainda que comporte diferenças importantes

1 Doutora em Antropologia Social (MN/UFRRJ). Realiza estágio-pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Bioética e da Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e membro do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp.

4 Esse dossiê objetiva contribuir para a discussão dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto um campo de luta fundamental nas ciências humanas e na atual conjuntura política. Nesse sentido, é importante registrar a contribuição histórica dos diferentes feminismos na conquista e ampliação de serviços e ações voltadas à temática. Para outras reflexões nesse campo, ver os trabalhos de Debora Diniz (1993), Vianna e Lacerda (2004), Gomes, Murta, Facchini e Meneghel (2018), Corrêa e Petchesky (1996).

entre os sujeitos e suas lutas. Logo, trata-se de uma perspectiva inspirada na pluralidade de vozes que fazem os diferentes feminismos. Lembrando que o pensamento feminista não se refere a algo homogêneo e está longe de representar um todo coeso, mas diz respeito a uma polifonia de vozes e demandas políticas (STRATHERN, 2008). Assim, o dossiê procurou seguir a perspectiva proposta por diversas correntes dos feminismos, tais como, o feminismo negro, mestiço e decolonial. Cabe destacar que cada perspectiva dessas possui autoras e marcos teóricos distintos que incluem as contribuições de diferentes gerações de pensadoras (MCCLINTOCK, 1995; CRENSHAW, 2002; BRAH, 2006; ANZALDÚA, 2000; GONZÁLEZ, 1984; CARNEIRO, 1995; DAVIS, 2016; LUGONES, 2008; SEGATO, 2010, 2014 E 2016; CABNAL, 2012; PAREDES; GUSMÁN, 2014; PISCITELLI, 2008, 2013; MOUTINHO, 2014).

Uma segunda perspectiva presente no dossiê diz respeito à articulação do debate racial ao longo das pesquisas reunidas. Nos últimos anos, assistimos o crescimento da reflexão sobre os processos de racialização para além dos grupos especializados dentro da universidade. Pensar a raça enquanto construção social e refletir sobre os diferentes racismos que afetam corpos e trajetórias de vida tornou-se uma tarefa indispensável para elaboração de um olhar atento às diferenças de cor e seus efeitos de desigualdade social na vida dos sujeitos. Além de um imperativo epistemológico da ordem do dia, pensar racialização envolve a produção de uma sensibilidade atenta aos contextos empíricos observados nas nossas pesquisas, entendendo que olhar para os processos de racialização não se reduz a oferecer uma atenção localizada à um tema até então considerado “específico”, mas diz respeito a reintegração de uma história política mal contada, minorizada e inerente ao campo dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto um processo de lutas geopolíticas feito de colonialismos internos e externos (FOUCAULT, 2015; ADICHIE, 2019). Logo, ao lado de gênero e sexualidade enquanto categorias-chaves, pensar os processos de racialização em cada cenário de pesquisa torna-se um exercício crítico cotidiano, uma vez que os processos de sexualização e generificação não são desgarrados dos desejos, fantasias, controles e delírios raciais (FANON, 2005; KILOMBA, 2020; STOLER, 2004).

Uma terceira linha em comum que atravessa o dossiê se refere à marca relacional que a experiência da construção das subjetividades de raça, gênero e da sexualidade convocam a pensar, implodindo o sujeito unitário e a ficção de individualidade. A pluralidade de perspectivas como fio teórico-político marca o que Rita Segato (2014) chama de pensamento dual, permanentemente aberto às interseccionalidades em crítica às limitações do pensamento binário que caracterizam a epistemologia da modernidade ocidental e suas ciências pautadas por maniqueísmos limitadores dos fluxos da vida. Estas tessituras conduziram também reflexões embativas e críticas à centralidade de discursos biomédicos e jurídicos sobre a saúde e políticas públicas, nos reconhecendo como sujeitas do Sul, das periferias anticapitalistas, das éticas insurgentes e interdependentes.

É nessa toada que corpos femininos e dissidentes aparecem interpelados através de inúmeros registros, problematizando uma das bandeiras caras dos feminismos branco e liberal, a ideia de autonomia do corpo, noção cara às sociedades modernas, informadas pelos valores do individualismo, liberdade, igualitarismo e indivisibilidade do corpo (DUARTE, 2003; HEILBORN, 2004; SALEN, 2006; LOWENKRON, 2015). Assim, os artigos mostram diferentes situações nas quais os limites de uma concepção atomizada e singular do corpo são esgarçados diante da necessidade de mediação e negociação com os outros sujeitos, sejam eles parceiros sexuais, profissionais da medicina, das políticas de governo e das relações de parentesco (FERNANDES, 2017; FERNANDES; RANGEL; DÍAZ-BENÍTEZ; ZAMPIROLI, 2020).

Essa perspectiva aberta e relacional do corpo vem sendo atravessada por governos populistas de direita, extrema direita e fascistas que chegaram ao poder nos últimos anos em diversas partes do mundo, como é o caso brasileiro desde a posse de Jair Bolsonaro, em 2019. Processo resultante de um golpe político parlamentar que iniciou uma agenda de retirada de direitos de povos indígenas,

mulheres, população negra, populações quilombolas, povos ribeirinhos e das florestas, povos ciganos, comunidades de terreiros, comunidades periféricas e população LGBTQ+ que tornaram-se alvos preferenciais de uma guerra híbrida contra a pluralidade de corpos, de éticas, de conhecimentos, conformando um cenário de “diversos golpes” com relação à política de gênero e sexualidade no Brasil, conforme analisam Maria Elvira Díaz-Benítez e Nathalia Gonçalves (2018). Podemos destacar como marcos legislativos estruturantes desse governo: a proposta de retirada do termo “Violência obstétrica” das políticas públicas do Ministério da Saúde, o projeto de lei que inventa e criminaliza o “infanticídio indígena”, deslegitimando décadas de lutas por direitos sexuais e reprodutivos. Neste contexto, vivenciamos a derrocada de Ministérios, Secretarias e autarquias voltadas à promoção de políticas sociais, tais como, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) foram transformadas emblematicamente no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Do plural para o singular.

Consideramos importante destacar essa guinada política que se organiza pela articulação de agendas conservadoras ressaltando o contexto pandêmico e as circunstâncias econômicas, sanitárias e sociais que delinham este momento de feitura dos artigos e da composição deste dossiê. Nesse sentido, apresentamos brevemente cada artigo que integra o dossiê, desejando que as linhas de reflexão reunidas aqui possam continuar reverberando na nossa prática acadêmica e política.

O artigo “Uma bricolagem de experiências contraceptivas. Desafios impostos à gestão da potencialidade reprodutiva”, de Cristiane Cabral e Elaine Brandão, analisa a trajetória sexual e reprodutiva de uma mulher, jovem, negra e periférica, a partir de uma perspectiva interseccional entre gênero, geração, raça e classe social. A análise desenvolve os desafios da “gestão da potencialidade reprodutiva” na qual acompanhamos uma série de conflitos, hesitações e desencontros relativos à complexidade da gestão da sexualidade / reprodução, compreendidas aqui de forma articulada. As autoras enfatizam a dimensão relacional da contracepção, com destaque para a agência dos homens no processo de fazer vidas, engravidar e evitar filhos. O texto descreve não apenas uma negociação afetivo-sexual (“jogos relacionais”) de Beatriz com seus parceiros e com as mulheres de sua rede (mãe e a aborteira “curiosa”), mas também entre ela e profissionais de saúde, marcando uma dimensão de relações de poder com o Estado e com a biomedicina que também aparecem em outros textos. Nesse sentido, destaca-se a importância da socialização contraceptiva num contexto assimétrico do ponto de vista das relações de gênero e das capacidades de negociação da intimidade, assim como aponta questões morais e religiosas que permeiam as atuações de todos estes agentes, sendo necessário reafirmar a premissa do Estado laico sendo ameaçado por “uma guinada moral conservadora contra os direitos reprodutivos no Brasil”.

O artigo “Esterilização compulsória de mulheres com deficiência: uma perspectiva feminista interseccional” de Geórgia Araújo e Luana Araújo trata das relações entre feminismos e deficiência a partir do debate sobre esterilização não voluntária de mulheres com deficiência pautando a deficiência como um marcador social da diferença que apaga normativamente tanto o direito à sexualidade quanto ao da maternidade. Discute os desafios de visibilidade do trabalho de cuidado e de dependência (KITTAY, 1999), trazendo uma reflexão sobre a desprivatização do cuidado. Aponta falsos dilemas que envolvem os feminismos e o campo da deficiência, trazendo caminhos desde a bioética feminista e a interseccionalidade. Problematiza as decisões que são tomadas em esferas médica e judicial de maneira heteronormativa desconsiderando a capacidade de autonomia de mulheres com deficiência “aprofundando a distribuição desigual do trabalho de cuidado e evidenciando a complexidade que particulariza discriminações de gênero vividas por mulheres com e sem deficiência.” Discute ainda o aborto seletivo e as aceções eugênicas envolvidas produzidas pelo mercado de exames pré-natais.

O artigo “Gênero, sexualidade e regionalidade: problematizando o trabalho sexual no sertão nordestino”, de Kalline Lira aborda o trabalho sexual na região do Sertão do Araripe/PE a partir da construção das identidades de trabalhadoras sexuais nestas localidades, buscando articular as discussões sobre território, gênero e sexualidade. É importante a leitura do sertão entendido como uma espacialidade fruto de configuração de saber/poder que o configura como um “outro” Brasil abordando criticamente como a territorialidade é cristalizada socialmente como seca e infértil figurando como local que embrutece e a um só tempo masculiniza homens e mulheres. Contudo, a etnografia e as trajetórias de vida que acompanhamos mostram como a paisagem que parece determinar atributos de masculino e feminino adquire outros contornos através das narrativas de trabalhadoras/es sexuais que nos conduzem a um sertão distinto do construído pelo imaginário brasileiro; “o sertão, para além de ser um recorte espacial, também é uma construção social” que resvala nos processos de construção de subjetividades e de gênero. O texto nos conduz não somente ao desmonte de imagens de mulheres masculinizadas e do homem cabra macho mostrando também suas agências e negociações de identidade, observando outras configurações de trabalho sexual. É assim um texto crítico às lógicas binárias de “normalização / subversão” ou “reiteração / resignificação” de corpos, subjetividades, identidades regionais, de raça e de gênero.

O artigo “Saúde do homem e construção da subjetividade: uma tentativa de regulação governamental das masculinidades brasileiras” de Junior Augusto Silva e Maria Luiza Heilborn analisa a construção social das masculinidades a partir da Política Nacional de Saúde do Homem (PNSH) refletindo sobre “horizontes de modelação do gênero” que envolvem as noções de autonomia, por um lado, e de autocuidado, pelo outro - pautadas pela interseccionalidade de distintos marcadores sociais da diferença, tais como, idade, classe, raça e sexualidade apontando diferenças na ideia de autocuidado e governo de si a depender do contexto social de cada homem no Brasil. Construções coletivas que também se fazem presentes nas políticas públicas. Enquanto um conjunto de normas, a PNSH apresenta um olhar biologizante do gênero ao invés de seu caráter socialmente construído discutindo a construção social das masculinidades a partir dessa política de saúde. Por fim, destacamos que um ponto importante do texto é a sua contextualização política que observa a proliferação, nos últimos anos, de “cenários, tendências ou investidas conservadoras, fundamentadas precipuamente em discursos religiosos, nos quais a questão de gênero (transformada politicamente em ideologia de gênero) tem despertado embates acalorados e retrocessos em pautas progressistas relativas aos direitos humanos da quarta geração”.

O artigo “Novos repertórios, velhas moralidades: A maternidade na produção de um “HIV saudável”” de Ricardo Andrade Coitinho Filho e Alessandra de Andrade Rinaldi analisa coletivos vinculados ao movimento social em HIV/aids durante o ano de 2017 e parte de uma etnografia realizada junto a jovens vivendo. Nesses espaços, os autores apontam a produção de solidariedade e participação social, ao lado de uma “pedagogia da aceitação” feita mediante noções de cuidados e uma carga emocional intensa. O modelo da *indetectabilidade* é idealizado enquanto horizonte de corpo e modo de vida “saudável”, seja nos discursos dos profissionais como no dos agentes que participam das dinâmicas. Nesse contexto, a maternidade aparece como um desejo possível a partir da reiteração de práticas que enfatizam o controle, o amor e a prevenção sem desfazer a possibilidade de imputação de culpa endereçada às mulheres. A análise é indispensável para pensar os direitos reprodutivos de mulheres vivendo com HIV/Aids num contexto em que a maternidade figura como projeto de desejo. O corpo reprodutivo e vivendo articula gênero, geração e status sorológicos de forma articulada, produzindo distintos modelos de maternidade. Assim, desde que as mulheres estejam na condição liminar de *indetectáveis*, a busca por um “HIV saudável” enseja a possibilidade de fazer família contrastando com os estigmas negativos historicamente associados às pessoas vivendo.

O artigo “A morte como horizonte? Notas sobre suicídio, racismo e necropolítica”, de autoria de Luana Lima e Francisco Phelipe Paz, aborda o suicídio entre pessoas negras no Brasil por meio do marcador estrutural do racismo, que promove uma hierarquização ontológica e da mortalidade no Brasil, cujo resultado é materializado pela falta de dados sobre cor/raça na demografia e bibliografia sobre suicídio. Usando como aporte teórico metodológico o racismo estrutural, colonialismo e a necropolítica, o artigo aborda a correlação direta entre sofrimento e adoecimento físico-psíquico com as altas taxas de suicídio da população negra, marcadas por um recorte de gênero significativo. Fazendo uso da ideia de tomar por si o controle do existir pela escolha do não viver de Grada Kilomba, os autores refletem sobre os impactos do racismo na qualidade de vida e saúde física e mental da população negra. Dados que também permitiram uma reflexão sobre a relação entre Estado (por meio das políticas públicas) e a população marcada pelo racismo estrutural nas políticas de saúde que silenciam as interseccionalidades de raça nas taxas de suicídio mostrando como valores distintos da vida e da morte são expostos como parte do conjunto de ações genocidas do Estado brasileiro sobre a população negra. De forma propositiva, sugerem que a notificação adequada das categorias cor/raça levaria à formulação de políticas públicas de prevenção de suicídio inclusivas, assim como revela a urgência de uma conduta ética a ser adota nesse campo.

O artigo “Práticas feministas em torno do direito ao aborto na Argentina: aproximações às ações coletivas das *Socorristas en Red*” de Gabriela Lauterbach e Ana Cláudia Delajustine aborda como o movimento feminista e as organizações de mulheres têm formado diversas coalizações, desde a década de 1980, fortalecendo a luta pelo direito ao aborto legal na Argentina e o fortalecimento da campanha Nacional do Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito (CNDALSG), que alcançou um espaço de articulação federal organizado em prol da legalização e da despenalização do aborto. Nesse contexto, Burton analisa a organização de ações coletivas pró-aborto, em particular, o surgimento das *Socorristas en Red (Feministas que abortamos)* - mulheres que promovem espaços de acolhimento e acompanhamento às mulheres que decidem de forma segura e amparada. Seu trabalho é ancorado em valores feministas que valorizam a experiência das mulheres atendidas ao mesmo tempo que tomam o corpo como signo de reflexão política. As práticas examinadas procuram ressignificar o aborto enquanto trauma, trabalhando a dimensão cotidiana de sua prática, da autonomia do corpo das mulheres e de sua ação enquanto um direito reprodutivo. Consideramos assim o artigo relevante para trazer um comparativo latino-americano que pode somar às lutas das mulheres no Brasil.

O artigo “Tecendo resistências contracoloniais *entre azmies*: travessias possíveis para uma ética da liberdade”, de Izabela Caixeta, é um texto autoetnográfico ao mesmo tempo em que nasce de uma escrita coletiva, caminhando junto a ancestralidade de outras pensadoras negras e latinas. O artigo tece alternativas decoloniais ao “experimento histórico e político de embranquecimento enquanto projeto moderno/colonial” apresentando uma ética da liberdade tomando de empréstimo o termo: Zami - uma corruptela diaspórica do crioulo que significa algo como “aquela mulher que trabalha junto com outra mulher enquanto amiga e amante”, enquanto sujeita coletiva. É desde esse aquilombamento que a autora parte da sua experiência como professora da rede pública na capital do país, com o objetivo de tecer pedagogias decoloniais em uma escrita polifônica que reverbere realidades pretas, indígenas e múltiplas. É desde essa pluralidade epistêmica, das fronteiras imprecisas e do permanente movimento que a autora descreve o suleamento de pensamentos e de comunidades pedagógicas pautadas em uma ética da libertação e o compartilhamento de responsabilidades, articulando a luta antirracista e antissexista na produção de conhecimento.

O artigo “Entre riscos fisiológicos e emocionais: a humanização do parto em uma maternidade pública carioca” de Sara Mendonça, apresenta uma etnografia realizada em uma maternidade pública na cidade do Rio de Janeiro. Seu trabalho acompanha a relação entre enfermeiras obstetras e as mulheres assistidas, procurando pensar na relação intensa entre os riscos fisiológicos e emocionais do

processo de parto. A autora atravessa os conflitos entre as representações construídas pelo movimento de humanização do parto na interface com os saberes biomédicos e analisa de que forma a noção de autonomia dos corpos é central nos discursos promovidos pelo movimento de humanização. Ao mesmo tempo, tal noção está em disputa no decorrer das práticas da medicina, considerando a existência de uma hierarquia repleta de contradições entre o desejo das mulheres e as resoluções dos profissionais. A partir de casos concretos, a autora mostra as negociações em torno da anestesia peridural e as situações de perda fetal, refletindo sobre as tensões entre os desejos das assistidas junto aos riscos fisiológicos do parto. Trata-se de uma preciosa etnografia acerca dos limites da agência sobre o próprio corpo num terreno de saber e poder da medicina e no horizonte dos direitos sexuais e reprodutivos.

O artigo “A economia moral dos cuidados: uma reflexão sobre as fronteiras entre dinheiro, afeto e o estado nas casas de “cuida-se” em Porto Alegre (RS)” de Ranna Mirthes Correa, parte da experiência de mulheres moradoras de bairros populares em Porto Alegre, examinando as casas de cuida-se, espaços em que o cuidado das crianças é realizado de maneira informal em relação ao dispositivos de Estado. A autora acompanha uma “economia moral do cuidado”, com destaque para a articulação entre intimidade, pagamento e confiança. Ademais, em seu artigo vemos as tensões entre o binômio “cuidar X educar” vivenciado através das casas, espaços nos quais se produz a comensalidade, o parentesco e a intimidade. Finalmente, o artigo propõe um olhar para os arranjos de cuidados realizados pelas mulheres em um contexto de escassez de vagas na rede pública.

O artigo “Religião e política: a bandeira da “luta contra o infanticídio indígena” e o controle de corpos de mulheres e crianças indígenas”, de Ana Carolina Moreira traz importante contribuição à luta pelos direitos indígenas ao pontuar como o uso político da expressão “infanticídio indígena” por legisladores atua como “uma ferramenta política de controle sobre os corpos de mulheres e crianças indígenas” tanto física e materialmente - por meio da retirada de famílias das aldeias orientada pela ideia de “risco” - quanto moralmente, violando suas dignidades. O controle político da agenda moral de “uma frente a favor da vida” resvala assim sobre o agenciamento estatal e de instituições religiosas sobre a vida e morte de crianças indígenas atuando também como reguladores dos direitos reprodutivos de mulheres indígenas. O artigo mostra como as alianças entre Estado e organizações da sociedade civil tem pautado a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 119/2015 aprovado na Câmara Federal, em 2015, como resultado direto da agenda conservacionista e de violação de direitos humanos promovida pela inserção crescente de pautas econômicas e moralmente cristãs nas políticas de estado. O artigo “Mulher, maternidade e grupos: a potencialidade do grupo de gestantes na Atenção Primária em Saúde”, de Francisco Cavalcante, Eline Macedo, Maria Tatiane Ferreira, Karen Timbó e Roseanne Castro aborda grupos de educação em saúde que atuam em Dourado e Horizonte/CE, na rede básica para gestantes através do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). A etnografia apresenta subjetividades que vão para além do olhar clínico das/os profissionais de saúde como condutores de um conhecimento que as gestantes não possuem e alcança dimensões como interdependência, rede de cuidados no pós-parto, construção das dicotomias de gênero. Nos grupos, são partilhados os desafios da maternidade; os encargos do trabalho de cuidado, a sensação de abandono pelos genitores e a solidão vivenciada pelas mulheres nessa fase da vida, assim como são formuladas estratégias positivas promovendo horizontes de atuação, como a criação de vínculo entre as gestantes e troca de experiências entre as participantes. A educação como método de prevenção em saúde é enfatizada como ferramenta que pode potencializar experiências positivas de gestação e auxiliarem nos processos de autoconhecimento.

Finalmente, os artigos reunidos oferecem contextos empíricos que podem servir na formulação e avaliação de políticas públicas de saúde e direitos humanos de forma transversal. Os textos enfatizam a dimensão produtiva e pedagógica dos serviços de saúde no combate a discriminações de raça, gênero

e classe social. Num momento político em que caminhamos por uma trajetória tão representativa de mulheres negras, indígenas e periféricas no Brasil, os artigos apontam questões morais e religiosas que permeiam as atuações dos agentes estatais e movimentos sociais, trazendo a necessidade de olhar para as estratégias criadas pelas pessoas a partir de diferentes situações de margem, estigma, precariedade e formas de vida.

Bibliografia

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras: 2019.
- ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo”. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, nº 1, 2000, p. 229-236.
- ANZALDÚA, Gloria, “La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, nº 3, 2005, p. 704-719.
- BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. In: *Cadernos Pagu*, n. 26, 2006, p. 239-276.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CABNAL, Lorena. “Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala” In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Las Segovias: ACSUR, 2010|2012, p. 11-25.
- CARNEIRO, Sueli. “Gênero, raça e ascensão social”. In: *Revista de Estudos feministas*, vol. 3, nº 2, 1995, p. 544-552.
- CITELI, Maria Teresa. *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica*. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos; Instituto de Medicina Social, IMS/UERJ, 2005.
- CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, vol. 6, p. 147-177, 1996.
- CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. In: *Revista de Estudos Feministas*, vol. 10, nº 1, 2002, p. 171-188.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira.; GONÇALES, Nathalia Ferreira. “Por dentro do ringue: gênero e sexualidade no embate da inclusão por direitos”. In: *Revista Nanduty*, vol. 6, nº 8, 2018, p. 156-180.
- DINIZ, Debora. “Aborto e saúde pública no Brasil”. In: *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 23, nº 9, 2007, p. 1992-1993.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 8, nº 1, 2003, p. 173-183.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.
- EVARISTO, Conceição. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FERNANDES, Camila. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- FERNANDES, Camila; RANGEL, Everton; DIAZ-BENITEZ, María Elvira; ZAMPIROLI, Oswaldo. “As porosidades do consentimento. Pensando afetos e relações de intimidade”. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad*, nº 35, 2020, p.165-193.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GOMES, Romeu et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1997-2006, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. In: *Tempo Brasileiro*, vol. 92, nº 93, 1988, p. 69-81.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.
- HEILBORN, Maria Luiza (Ed.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Garamond/ Editora Fiocruz, 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HOLANDA, Marianna A. F. “Os ecos sem voz: uma década de falas sem escuta no Congresso Nacional Ainda sobre o ‘infanticídio indígena’” In: *Anuário Antropológico*, vol. 43, nº 1, 2018. p. 155-196.
- HOLANDA, Marianna. “O cansaço é também colonial? Críticas à sociedade do cansaço de Byug-Chul Han desde o Pluralismo Bioético”. In: *Revista Brasileira de Bioética*, vol. 14, nº 18, 2018, p. 1-14.
- LOWENKRON, Laura. “Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual*”. In: *Cadernos Pagu*, nº 45, 2015, p. 225-258.
- LUGONES, Maria. “Colonialidad y género”. In: *Tabula Rasa*. Bogotá, nº9, 2008, p. 73-102.
- McCLINTOCK, Anne. “Pós-colonialismo e o anjo do progresso”. In: *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010, p. 15-42.
- MOUTINHO, Laura. “Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes”. In: *Cadernos Pagu*, nº 42, 2014, p.201-248.
- PAREDES, Julieta C.; GUZMÁN, Adriana A. *El tejido de la rebeldía: Qué es el feminismo comunitario?* La Paz: Ed. Comunidad Mujeres Creando Comunidad/ Moreno Artes Gráficas, 2014.
- PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. In: *Sociedade e cultura*, vol. 11, nº 2, 2008, p. 263-274.
- PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

SALEM, Tania. “Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista”. In: *Mana*, vol. 12, nº 2, 2006, p. 419-447.

SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: *Epistemologias Feministas: ao encontro da crítica radical*, e-cadernos CES, nº 18, 2012, p. 106-131.

SEGATO, Rita. “Género y colonialidad: del patriarcado comunitario de baja intensidad al patriarcado colonial moderno de alta intensidad”. In: *La crítica de la colonialidad en Ocho ensayos y una antropología por demanda*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013. p. 69-100.

STOLER, Ann Laura. “Affective states”. In: NUGENT, David; VINCENT, Joan. *A companion to the anthropology of politics*. Blackwell Publishing, 2007, p. 4-20.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/ Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IMS/UERJ, 2004.